

OS TEMPOS HERÓICOS DE ZÉLIA

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Folha de S. Paulo, 20/05/91

Terminaram os tempos jovens e heróicos de Zélia. Tempos de coragem de enfrentar os interesses, de determinação de cobrar de todos uma parcela de sacrifício, de tenacidade na luta pelos objetivos; mas também tempos de aprendizado, de inabilidade política, de dificuldade de ouvir, de desconhecimento da dinâmica da inflação inercial brasileira.

O balanço destes 14 meses foi positivo. Ainda que Zélia Cardoso de Mello e sua equipe tenham sido derrotados pela inflação, que afinal não foi controlada, e pela recessão, que resultou da política ortodoxa, monetarista, inutilmente implantada no Brasil entre maio de dezembro de 1990, o saldo de sua administração é favorável ao país.

A nova equipe econômica partiu do diagnóstico correto de que o problema central da economia brasileira é a crise fiscal do Estado. Esta crise, definida pela perda do crédito público, pela incapacidade de o Estado se financiar a não ser inflacionariamente, está na base do estagnação da economia brasileira dos últimos dez anos e do regime hiperinflacionário que a caracteriza desde pelo menos 1987. A partir deste diagnóstico, não teve dúvidas em agir. Em reduzir a dívida pública interna, em tentar firmemente reduzir a dívida pública externa, em cortar despesas públicas impiedosamente, em reduzir a sonegação fiscal através da eliminação dos cheques e títulos ao portador.

Um segundo diagnóstico também fundamental não escapou a Zélia e sua equipe. O Estado crescera demais e a estratégia de industrialização por substituição de importações esgotara-se. Era preciso, portanto, reduzir o Estado, privatizar as empresas estatais, e principalmente liberalizar o comércio internacional, eliminar grande parte das barreiras não tarifárias e reduzir as tarifárias. Neste ponto também Zélia hesitou em abandonar velhas convicções protecionistas e desenvolvimentistas, que no passado foram confundidas com posições de esquerda embora abraçadas pelo regime autoritário de direita, e adotar com firmeza as idéias modernizantes. Com isto não se transformava em uma neoliberal, não traía suas posições social-democratas,

porque seu objetivo não era o "laissez-faire", o "Estado mínimo". Era saneá-lo e reformá-lo para que ele pudesse voltar a intervir eficientemente, embora subsidiariamente ao mercado, em novos setores: política industrial e tecnológica, política social, política do meio ambiente.

O grande erro de Zélia e sua equipe foi o de ter adotado, em maio de 1990, uma política ortodoxa, monetarista, que tantos aplausos recebeu, interna e internacionalmente, mas que na verdade não tinha condições de quebrar a dinâmica da inflação inercial, informalmente indexada, que existe no Brasil. Quando este plano, que em meus artigos nos jornais chamei de "segunda fase do Plano Collor", definitivamente fracassou, em dezembro, com o anúncio do IPC de 19 por cento para esse mês, Zélia colocou seu cargo à disposição do Presidente.

Atribui-se a Zélia e sua equipe dois planos de estabilização. Na verdade, foram três: o Plano Collor I, de março de 1990; a "segunda fase", monetarista, de maio de 1990; e o Plano Collor II, de janeiro de 1991.

O Plano Collor I, que bloqueou os ativos financeiros e previa a prefixação dos salários, teve vida curta. Quando, em maio, a inflação voltou, foi abandonado, ao se suspender a prefixação dos salários. A volta da inflação foi atribuída pelos monetaristas, equivocadamente, ao aumento da liquidez que ocorreu em seguida ao plano, em função da conversão de cruzados em cruzeiros. Este retorno parcial da liquidez estava embutido no plano, e não poderia mesmo ser inteiramente controlado.

A partir de maio, Zélia optou pela total proibição de qualquer indexação, e fixou uma meta monetária: 9 por cento de crescimento da base monetária no segundo semestre. Começava o segundo plano, a "segunda fase". Enquanto economistas monetaristas, agora satisfeitos, afirmavam que a inflação passaria a baixar no mês seguinte, uns poucos economistas, que conhecem a dinâmica da inflação inercial, discordavam. Afinal, estes últimos revelaram-se com razão.

Os monetaristas, depois do fracasso, passaram a afirmar, que a política monetária não foi extremamente dura. Não é verdade. A política monetária foi muito dura. Em consequência, a taxa de juros tornou-se fortemente positiva, e, a partir de outubro, a recessão teve início. Uma recessão gratuita, porém, porque, a não ser em julho, a inflação não parou de crescer.

Reconhecido o fracasso da "segunda fase", tivemos, em 31 de janeiro de 1991, o Collor II, enquanto a economia mergulhava na recessão. Todos perceberam, imediatamente, inclusive a própria equipe que o coordenou, que esse plano não tinha a menor condição de êxito. O tarifaço e a falta de um acordo social mínimo o inviabilizavam. Nesse momento as classes dirigentes, interna e internacionalmente, já haviam condenado Zélia e sua equipe, enquanto aumentava o descrédito do Presidente.

Estavam assim terminados os tempos heróicos de Zélia Cardoso de Mello. Cometeu erros, levou o país à recessão sem ter controlado a inflação, foi politicamente inábil, não tinha condições de continuar. Mas não tenhamos dúvida, sua queda não se deveu apenas a ter falhado na política de estabilização. Deveu-se também à firmeza com que enfrentou os poderosos e os corruptos, à determinação de reformar do Estado, à coragem de reduzir a dívida pública e superar a crise fiscal. Com Zélia confirmou-se uma velha história: para os fracos e conformistas, que não confrontam interesses estabelecidos, é possível a sobrevivência política sem que resultados sejam alcançados; o mesmo, entretanto, não é verdade para os fortes e destemidos. Pagam caro quando não logram todo o êxito exigido ou esperado.